

A Comissão Brasileira Justiça e Paz e sua rede de Observatórios

A Comissão Justiça e Paz nasceu, no Brasil, como uma extensão da Comissão criada em Roma, após o Concílio Vaticano Segundo. Na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, o Concílio indicou que julgava “muito oportuna a criação de um organismo da Igreja universal, com o fim de despertar a comunidade dos católicos para que promovam o progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as nações”.

Pouco mais de um ano depois (em janeiro de 1967), o Papa Paulo VI criou a “Comissão Pontifícia Justiça e Paz”, com representantes de todos os continentes, na mesma mensagem em que criava o “Conselho dos Leigos”. E estabeleceu como função da Comissão Justiça e Paz o “estudo dos grandes problemas da justiça social, com vistas ao desenvolvimento das nações jovens e especialmente quanto à fome e à paz no mundo” – temas retomados pelo mesmo Papa, dois meses depois (em março de 1967), na encíclica *Populorum Progressio*.

Entre 1968 e 1969, os bispos brasileiros contagiados pela mensagem de “opção preferencial pelos pobres”, promovida pela Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano (Medelín), abraçaram a iniciativa, criando a Comissão Brasileira Justiça e Paz.

No Brasil, a **Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)** tem sua atuação centrada na luta pelos direitos humanos e pela democracia. Com forte atuação desde a ditadura militar (que durou de 1964 até 1985) a CBJP atua junto à sociedade civil para fortalecer e unificar os movimentos sociais no sentido de dar consistência à luta pelos direitos e pela democracia.

A Comissão possui um Estatuto aprovado pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 2009. É composta por 25 membros titulares nomeados pelo Conselho Permanente da CNBB com mandato de 4 anos.

A CBJP articula em todo o Brasil uma Rede Brasileira de Justiça e Paz, composta pelas Comissões Diocesanas ou Arquidiocesanas de Justiça e Paz, Comissões Regionais Justiça e Paz, Centros Diocesanos de Defesa de Direitos Humanos e congêneres. A Rede é eclesial e, portanto, outras entidades não vinculadas à Igreja podem se associar à Rede.

A adesão à Rede se concretiza formalmente quando uma entidade parceira assume os compromissos expostos numa **Carta de Princípios**, que estabelece as regras de funcionamento da Rede. A Rede tem encontros presenciais e virtuais em nível nacional.

A interação da Rede de Justiça e Paz do Brasil é feita por meio de grupos de e-mails e páginas na internet, com espaço reservado para interação, comunicação, articulação de ações e ações concretas, além de um repositório de materiais e reuniões virtuais. Um novo site da Rede deverá entrar no ar brevemente.

O objetivo da Rede é promover reflexões e ações, partilhar experiências e traçar estratégias tendo como referência o conteúdo do programa que o Papa Francisco expressou na Exortação Apostólica “Alegria do Evangelho” e na Encíclica “*Laudato Si*”, sobre o cuidado com a Casa. Tal programa se resume nos conceitos de “Igreja em saída” e “Ecologia Integral”, exigindo das entidades participantes conversão ecológica, a promoção de educação popular e da justiça socioambiental.

Fazem parte da Rede Brasileira Justiça e Paz uma série de **Observatórios** que, de forma sintética, irei apresentá-los, a seguir:

O **Observatório Político** foi criado em abril de 2016. Tem reuniões semanais e dedica-se ao debate sobre a conjuntura sociopolítica e econômica e diferentes dimensões da vida social. É composto por sessenta e nove membros.

O **Observatório de Finanças e Economia de Clara e Francisco Padre Thierry Linard** foi criado em abril de 2020. Tem reuniões quinzenais e dedica-se à análise dos gastos públicos, denunciando o mecanismo da Dívida Pública, que no Brasil consome quase cinquenta por cento do orçamento público e, portanto, usurpa quase 50% da receita anual arrecadada, desviando esses recursos que deveriam ser investidos em políticas públicas para o sistema financeiro. Esse Observatório conta com cento e um membros. O nome do Observatório de Finanças homenageia Francisco e Clara e o padre jesuíta Thierry Linard, falecido em 2022. Padre Thierry ficou conhecido no Brasil por seu serviço de assessor especial e perito para as Análises de Conjuntura para a CNBB, além de assessorar em todo o país dioceses, comissões, pastorais e organismos da Igreja.

O **Observatório da Educação** foi criado em julho de 2020. Com encontros quinzenais, tem 15 membros e sua atuação está em processo de construção.

O **Observatório da Saúde** foi criado em fevereiro de 2021. Tem 15 membros e, no momento, está em fase de reconfiguração.

O **Observatório da Comunicação Religiosa** foi criado em agosto de 2020. É uma parceria da Comissão Brasileira Justiça e Paz com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional). Reúne mensalmente e tem 15 membros. Este Observatório é inspirado pelo valor da comunicação como serviço de uma autêntica cultura do encontro; quer contribuir para qualificar sempre mais a comunicação da Igreja Católica no Brasil. Prioriza os âmbitos de comunicação *da* Igreja Católica em suas diversas esferas: de base (as pastorais da comunicação e outras formas de comunicação territorial), dos segmentos especializados (TVs, rádios e comunicação *online* de inspiração católica) e de sua própria representação institucional (presidência e organismos da CNBB). Dedicar-se também à comunicação *sobre* a Igreja, com particular atenção a posicionamentos críticos e eventuais manipulações ou falsidades contra ela. Seu hotsite é: <https://ocr.crbnacional.org.br/>

Por fim, o **Observatório Racial Dom José Maria Pires** dedica-se a análise de questões étnico-raciais no Brasil. Foi criado em novembro de 2021, com 15 membros. O problema do racismo estrutural é um dos dilemas mais complexos da sociedade brasileira. Indicadores sociodemográficos, econômicos e outros têm apontado que o racismo continua excluindo e marginalizando parte significativa dos brasileiros. O nome do Observatório é uma homenagem ao arcebispo emérito da Paraíba, Dom José Maria Pires, falecido em 2017. Negro, Dom “Pelé”, como era conhecido, teve uma trajetória marcada pela defesa dos negros, dos pobres e dos oprimidos. Também se posicionou com firmeza ao lado dos que lutavam pelo fim da ditadura.

É importante registrar que todo o trabalho dos observatórios é voluntário. Pelo menos um membro titular da CBJP compõe as coordenações dos Observatórios que têm formação diversa, mas sempre contanto com ativistas das áreas temáticas e professores/as universitários. Ademais, os Observatórios sempre convidam expertos para os seus debates. São mais de duzentos voluntários que atuam nos observatórios da CBJP.

Além de acompanhar a conjuntura específica de sua área de atuação, os Observatórios propõem documentos de Estudos (notas técnicas, pareceres, análises) e Notas Públicas. Veja, por exemplo, uma nota pública que o Observatório da Comunicação Religiosa acaba de publicar sobre ações violentas de católicos contra o Papa Francisco. Aqui: <https://ocr.crbnacional.org.br/nota-publica-comunicacao-violenta-contr-o-papa-francisco/>

Os Observatórios também podem elaborar pronunciamentos públicos, com a anuência da Secretaria Executiva da CBJP e aderir a posicionamentos de autoria de outras redes ou organizações.

Está para ser criado, em breve, um novo **Observatório sobre Segurança Pública**, que é um dos principais problemas do Brasil. Temos indicadores de crimes violentos muito altos e os grupos mais vulneráveis, incluindo os indígenas, os negros e a população LGBTQIA+ são as principais vítimas da violência, inclusive da violência estatal, praticada por agentes públicos, notadamente as polícias brasileiras. O Brasil tem um sistema de justiça penal altamente seletivo. E essas questões serão objeto de análises desse Observatório.

La Comisión Brasileña de Justicia y Paz y su red de Observatorios

La Comisión de Justicia y Paz nació en Brasil como una extensión de la Comisión creada en Roma después del Concilio Vaticano II. En la Constitución Pastoral *Gaudium et Spes*, el Concilio señaló que consideraba "muy oportuna la creación de un organismo de la Iglesia universal, con el fin de despertar a la comunidad de católicos para que promuevan el progreso de las regiones más necesitadas y la justicia social entre las naciones".

Poco más de un año después (en enero de 1967), el Papa Pablo VI creó la "Comisión Pontificia de Justicia y Paz", con representantes de todos los continentes, en el mismo mensaje en el que creaba el "Consejo de los Laicos". Estableció como función de la Comisión de Justicia y Paz el "estudio de los grandes problemas de la justicia social, con miras al desarrollo de las naciones jóvenes y especialmente en lo que respecta al hambre y a la paz en el mundo", temas retomados por el mismo Papa dos meses después (en marzo de 1967) en la encíclica *Populorum Progressio*.

Entre 1968 y 1969, los obispos brasileños, contagiados por el mensaje de "opción preferencial por los pobres" promovido por la Segunda Conferencia del Episcopado Latinoamericano (Medellín), abrazaron la iniciativa y crearon la Comisión Brasileña de Justicia y Paz.

En Brasil, la Comisión Brasileña de Justicia y Paz (CBJP) centra su actuación en la lucha por los derechos humanos y la democracia. Con una fuerte presencia desde la dictadura militar (que duró de 1964 a 1985), la CBJP trabaja junto a la sociedad civil para fortalecer y unificar los movimientos sociales con el fin de dar consistencia a la lucha por los derechos y la democracia.

La Comisión tiene un Estatuto aprobado por el Consejo Permanente de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB) en 2009. Está compuesta por 25 miembros titulares nombrados por el Consejo Permanente de la CNBB, con un mandato de 4 años.

La CBJP articula en todo Brasil una Red Brasileña de Justicia y Paz, compuesta por las Comisiones Diocesanas o Arquidiocesanas de Justicia y Paz, Comisiones Regionales de Justicia y Paz, Centros Diocesanos de Defensa de los Derechos Humanos y afines. La Red es eclesial, por lo que otras entidades no vinculadas a la Iglesia pueden asociarse a ella. La adhesión a la Red se concreta formalmente cuando una entidad asociada asume los compromisos expuestos en una Carta de Principios, que establece las reglas de funcionamiento de la Red. La Red realiza encuentros presenciales y virtuales a nivel nacional.

La interacción de la Red de Justicia y Paz de Brasil se realiza a través de grupos de correo electrónico y páginas web, con un espacio reservado para la interacción, comunicación, articulación de acciones y acciones concretas, además de un repositorio de materiales y reuniones virtuales. Un nuevo sitio web de la Red estará disponible próximamente.

El objetivo de la Red es promover reflexiones y acciones, compartir experiencias y trazar estrategias teniendo como referencia el contenido del programa que el Papa Francisco expresó

en la Exhortación Apostólica *La Alegría del Evangelio* y en la Encíclica *Laudato Si'*, sobre el cuidado de la Casa Común. Este programa se resume en los conceptos de "Iglesia en salida" y "Ecología Integral", exigiendo de las entidades participantes una conversión ecológica, la promoción de la educación popular y de la justicia socioambiental.

Forman parte de la Red Brasileña de Justicia y Paz una serie de Observatorios que, de manera sintética, presentaré a continuación:

Observatorios

El **Observatorio Político** fue creado en abril de 2016. Tiene reuniones semanales y se dedica al debate sobre la coyuntura sociopolítica y económica, así como a diferentes dimensiones de la vida social. Está compuesto por sesenta y nueve miembros.

El **Observatorio de Finanzas y Economía de Clara y Francisco Padre Thierry Linard** fue creado en abril de 2020. Tiene reuniones quincenales y se dedica al análisis de los gastos públicos, denunciando el mecanismo de la Deuda Pública, que en Brasil consume casi el cincuenta por ciento del presupuesto público y, por lo tanto, desvía casi el 50% de los ingresos anuales recaudados, destinando estos recursos que deberían invertirse en políticas públicas al sistema financiero. Este Observatorio cuenta con ciento un miembros. El nombre del Observatorio de Finanzas rinde homenaje a Francisco y Clara y al sacerdote jesuita Thierry Linard, fallecido en 2022. El padre Thierry se hizo conocido en Brasil por su servicio como asesor especial y experto en Análisis de Situación Sociopolítica para la CNBB, además de asesorar a diócesis, comisiones, pastorales y órganos de la Iglesia en todo el país.

El **Observatorio de la Educación** fue creado en julio de 2020. Con encuentros quincenales, tiene 15 miembros y su actuación está en proceso de construcción.

El **Observatorio de la Salud** fue creado en febrero de 2021. Tiene 15 miembros y, en este momento, está en fase de reconfiguración.

El **Observatorio de la Comunicación Religiosa** fue creado en agosto de 2020. Es una asociación entre la Comisión Brasileña de Justicia y Paz y la Conferencia de los Religiosos de Brasil (CRB Nacional). Se reúne mensualmente y tiene 15 miembros. Este Observatorio se inspira en el valor de la comunicación como servicio de una auténtica cultura del encuentro; busca contribuir a cualificar cada vez más la comunicación de la Iglesia Católica en Brasil. Prioriza los ámbitos de comunicación de la Iglesia Católica en sus diversas esferas: de base (las pastorales de la comunicación y otras formas de comunicación territorial), de los segmentos especializados (televisiones, radios y comunicación online de inspiración católica) y de su propia representación institucional (presidencia y organismos de la CNBB). También se dedica a la comunicación sobre la Iglesia, con especial atención a posicionamientos críticos y eventuales manipulaciones o falsedades en su contra. Su sitio web es: <https://ocr.crbnacional.org.br/>

Finalmente, el **Observatorio Racial Dom José Maria Pires** se dedica al análisis de las cuestiones étnico-raciales en Brasil. Fue creado en noviembre de 2021, con 15 miembros. El problema del racismo estructural es uno de los dilemas más complejos de la sociedad brasileña. Indicadores sociodemográficos, económicos y otros han señalado que el racismo sigue excluyendo y marginando a una parte significativa de los brasileños. El nombre del Observatorio es un homenaje al arzobispo emérito de Paraíba, Dom José Maria Pires, fallecido en 2017. Negro, Dom "Pelé", como era conocido, tuvo una carrera marcada por la defensa de los negros, los

pobres y los oprimidos. También se posicionó firmemente del lado de quienes lucharon por el fin de la dictadura.

Es importante destacar que todo el trabajo de los observatorios es voluntario. Al menos un miembro titular de la CBJP forma parte de las coordinaciones de los Observatorios, que tienen una formación diversa, pero siempre contando con activistas de las áreas temáticas y profesores universitarios. Además, los Observatorios siempre invitan a expertos para sus debates. Son más de doscientos voluntarios los que actúan en los observatorios de la CBJP.

Además de acompañar la coyuntura específica de su área de actuación, los Observatorios proponen documentos de estudios (notas técnicas, opiniones, análisis) y Notas Públicas. Véase, por ejemplo, una nota pública que el Observatorio de la Comunicación Religiosa acaba de publicar sobre acciones violentas de católicos contra el Papa Francisco. Aquí: <https://ocr.crbnacional.org.br/nota-publica-comunicacao-violenta-contra-o-papa-francisco/>

Los Observatorios también pueden elaborar pronunciamientos públicos, con la aprobación de la Secretaría Ejecutiva de la CBJP, y adherirse a posicionamientos de otras redes u organizaciones.

Próximamente se creará un nuevo **Observatorio sobre Seguridad Pública**, que es uno de los principales problemas de Brasil. Tenemos indicadores de crímenes violentos muy altos, y los grupos más vulnerables, incluidos los indígenas, los negros y la población LGBTQIA+, son las principales víctimas de la violencia, incluyendo la violencia estatal, ejercida por agentes públicos, especialmente las policías brasileñas. Brasil tiene un sistema de justicia penal altamente selectivo. Estas cuestiones serán objeto de análisis de este Observatorio.